REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

“E MUITOS PENSAM QUE É BRINCADEIRA”: ESTUDOS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO MILITARES DA AMAZÔNIA

“AND MANY THINK IT’S A JOKE”: STUDIES ON SOCIAL REPRESENTATIONS IN MILITARY TRAINING SCHOOLS IN THE AMAZON

Ciências Humanas • 29/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/795782679

Ismael da Silva Barros[1]

Walesson Gomes da Silva[2]

Silvia dos Santos de Almeida[3]

Maxwell Matos de Sousa[4]

Frederico da Silva Mercês[5]

RESUMO

Este artigo analisa as representações sociais e os discursos na formação policial militar na Amazônia por meio das canções militares não oficiais entoadas por alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará (PMPA). Essas canções são entendidas como práticas discursivas que expressam valores, identidades, afetos e tensões do *ethos* militar. A pesquisa, de abordagem quantitativa e qualitativa, com predominância qualitativa, articula revisão bibliográfica, pesquisa documental e questionários semiestruturados aplicados a 117 aspirantes a oficiais da turma de 2022/2023, primeira a exigir bacharelado em Direito para ingresso. O referencial teórico articula a Teoria das Representações Sociais e a Análise do Discurso de inspiração foucaultiana, com apoio da Análise de Conteúdo. Os resultados indicam que as canções não oficiais operam como dispositivos simbólicos de socialização e coesão grupal. O repertório reúne discursos que reforçam o pertencimento, a coragem e a identidade profissional e enunciados que tensionam os princípios dos direitos humanos e da legalidade democrática. Essa coexistência evidencia contradições entre os valores formalmente estabelecidos pela instituição e as representações construídas no cotidiano da formação. Conclui-se que as práticas simbólicas informais, ao lado do ensino técnico, participam da constituição das identidades profissionais e da formação de percepções sobre o uso da força e a violência. Ao evidenciar o papel dessas práticas na cultura institucional das corporações militares, o estudo contribui para o debate sobre formação policial e segurança pública na Amazônia.

Palavras-chave: Polícia Militar do Pará (PMPA); Formação Militar; Canções Militares; Representações Sociais; Direitos Humanos.

ABSTRACT

This article examines social representations and discourses in military police training in the Brazilian Amazon through unofficial military songs sung by cadets enrolled in the Officer Training Course of the Military Police of Pará (PMPA). These songs are understood as discursive practices that express the values, identities, emotions, and tensions of the military ethos. The study uses a predominantly qualitative mixed-methods design, combining a literature review, document analysis, and semi-structured questionnaires administered to 117 officer candidates from the 2022–2023 cohort, the first for which a law degree was required for admission. The analytical framework draws on Social Representations Theory and Foucauldian discourse analysis, supplemented by content analysis. The findings indicate that the songs serve as symbolic mechanisms of socialization and group cohesion. The repertoire encompasses discourses that reinforce belonging, courage, and professional identity, as well as statements that challenge human rights principles and the democratic rule of law. Their coexistence reveals contradictions between formal institutional values and the representations constructed in everyday training. The study concludes that informal symbolic practices, alongside technical instruction, help shape professional identities and perceptions of the use of force and violence. By highlighting the role of these practices in the institutional culture of military police forces, the study contributes to debates on police training and public security.

Keywords: Military Police of the State of Pará; Military Training; Military Songs; social representations; Human Rights.

1. INTRODUÇÃO

Os Direitos Humanos emergem nos pequenos lugares, perto de casa, em meio às pessoas, não sendo apenas abstrações jurídicas, como se pode imaginar. Estão entrelaçados nos discursos, não apenas nos formalmente organizados ou sistematicamente elaborados. Os mesmos lugares onde nascem os direitos e necessidades humanas, como resistência e possibilidades, podem também engendrar espaços de seu retrocesso e decadência.

Foucault (2014, p. 10) afirma que os discursos não são elementos neutros ou transparentes da vida social. Pelo contrário, eles possuem pesos, efeitos e valores estratégicos, ainda que, à primeira vista, pareçam dispersos ou imersos num certo caos. Para o autor, há sempre o risco de que o discurso seja interpretado como desordenado, imprevisível e perigoso e ao mesmo tempo o próprio discurso é o objeto desejado pelos grupos sociais: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (Foucault, 2014, p. 10).

Em *A Ordem do Discurso* (2014), Foucault indica que ele não se limita a transmitir conteúdos já dados ou a executar simples repetições do cotidiano; ao contrário, como observa Certeau (2003), o cotidiano é atravessado por práticas inventivas, estratégicas e criativas. Nesse sentido, o discurso não é um simples veículo de ideias, mas uma instância que conserva, estrutura e produz representações.

As práticas policiais, assim, para além da “periferia do policiamento”[6] e sendo “bem mais que pouca coisa”, como afirma Foucault, têm na ordem do discurso, das coisas ditas e nos silêncios emanados, elementos subjetivos construídos nos percursos do cotidiano, no

mar de representações em que os sujeitos estão inseridos. Há uma inevitável articulação entre o ser individual e o coletivo, que demanda ser desvelada.

Em *L'Archéologie du savoir* (Foucault, 2008) afirma-se que os discursos possuem uma lógica própria de organização do mundo social, sendo responsáveis por constituir os próprios objetos de que falam. Nessa obra, Foucault afirma:

> *Les discours ne sont pas simplement des ensembles de signes (des éléments signifiants renvoyant à des contenus ou à des représentations), mais des pratiques qui forment systématiquement les objets dont ils parlent.*[7] *(Foucault, 2008, p. 49)*

Esse entendimento acerca das práticas discursivas encontra ressonância em estudos contemporâneos voltados à segurança pública na Amazônia. Um exemplo significativo está em Oliveira Neto (2020, p. 100), cuja análise sobre letalidade policial no Pará, em capítulo específico "Heróis, justiceiros e assassinos", evidencia como o imaginário social que acompanha o policial militar é atravessado por representações que se complementam. De um lado, a sociedade o enxerga como justiceiro legítimo; de outro, a mídia espetacularia narrativas que reforçam expectativas de que este agente resolva de forma imediata e violenta os comportamentos indesejados; internamente, segundo o autor, operam valores tradicionais da cultura policial, como valentia, postura combativa e o prestígio associado ao histórico operacional ligado ao resultado morte, compondo um repertório simbólico que incide sobre identidades e práticas.

A questão central do presente trabalho não está em discutir amplamente o conceito e o poder dos discursos, mas em percebê-lo criticamente e descrever suas nuances num recorte muito específico que é o cotidiano militar, nos momentos de relativo lazer dos alunos do curso de formação de policiais militares da Amazônia. Por meio das canções não oficiais entoadas queremos compreender os discursos e as representações recorrentes seja pela presença ou ausência dos direitos humanos, violências ou ritualizações da força, do guerreiro da morte etc.

Concordamos com as assertivas de Bobbio (1990, p. 10) ao afirmar que a negação sistemática dos direitos humanos está historicamente associada à emergência de conflitos armados no mundo. Tal entendimento permanece atual na literatura contemporânea, como aponta Conde (2025) ao destacar o papel dos direitos humanos e da democracia na estabilidade na relação entre os Estados:

> *Mechanisms such as democracy are held to foster democratic peace and interstate solidarity through cultural and institutional factors. The political dimension of the [Ordem Liberal Internacional] (LIO) emphasizes human rights and democracy as pillars that sustain the rules-based order, enhancing mutual understanding, cooperation, and integration. (Conde, 2025, p. 166)*[8]

O respeito aos Direitos Humanos, afirma Bobbio, leva à democracia, que por sua vez conduz à resolução dos conflitos e a uma paz estável e duradoura, como assim define o autor italiano "*Senza il riconoscimento e la tutela dei diritti dell'uomo, non ci sono le condizioni per una pace stabile e duratura*." (Bobbio, 1990, p. 14).

Em um recorte local e particular para a pesquisa, a análise e compreensão da presença dos Direitos Humanos durante a formação e atividade policial se apresenta como fundamental para o desvelamento das representações e práticas de seus agentes. Contudo, devemos compreender que os Direitos Humanos e suas normas, no formato dessa construção ocidental moderna, devem ser observados ao lado do conjunto de valores desta mesma sociedade, como afirmou Flores (2009, p. 40):

> *Uma norma nada mais pode fazer por si só, já que sempre depende do conjunto de valores que impera em uma sociedade concreta. Dos sistemas de "valores dominantes" e dos processos de divisão do fazer humano é que surgem as pautas gerais para construir as normas e, assim mesmo, de onde surgem os critérios mais importantes para sua justificação, interpretação ou legitimação perante os cidadãos [...]. (Flores, 2009, p. 40)*

As vozes e canções entoadas, enquanto fontes de motivação de policiais militares em diferentes partes do Brasil, durante treinamentos físicos, carregam elementos simbólicos associados a uma cultura institucional particular. A Amazônia participa desse processo de construção de identidades e representações, marcada por especificidades sócio-históricas próprias da região. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), o Brasil conta atualmente com 404.871 militares estaduais, dos quais 42.607 estão lotados na região Norte, correspondendo a 10,5% do efetivo nacional.

Nesse contexto, o Estado do Pará se destaca por concentrar 17.734 militares estaduais, o que equivale a 41,6% de todo o contingente da região Norte, conferindo relevância e representatividade ao recorte

empírico da presente pesquisa. Reconhecida como uma das polícias militares mais antigas do país, entre as instituições estaduais, a Polícia Militar do Pará (PMPA) [9] firma-se como referência histórica e institucional na dinâmica da segurança pública amazônica.

Criada em 1818, a Polícia Militar do Estado está inserida em uma sociedade com 8.120.131 habitantes, conforme dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo participado de eventos históricos nacionais relevantes como a Guerra do Paraguai e a "Campanha de Canudos". Este último conflito contribuiu para a elevação do nome do "Coronel Fontoura" [10] como patrono da instituição.

Para além de sua trajetória histórica, a PMPA forma, de modo contínuo, homens e mulheres segundo um *ethos* militar[11] próprio da caserna: compreendida como espaço produtor de representações e identidades simbólicas particulares. Trata-se de um campo marcado por ufanismos constitutivos da vida militar e por resistências às críticas do mundo "exterior". O mundo militar é um universo que demanda ser desvelado e compreendido, como aponta Leirner (1997, p. 6) em sua tese de doutorado "Meia-Volta Volver", onde afirma "Assim, por um lado, sabe-se que é necessário conhecer os militares, e, por outro, admite-se que tradicionalmente as ciências sociais não procuraram esse caminho".

O esforço acadêmico apresenta um duplo desafio: acessar um espaço já muito referido em prefácios como campo fechado aos pesquisadores e compreender as suas manifestações (representações e identidades) durante a formação policial militar ou com agentes recentemente formados. Consideramos este momento como o encontro do mundo doméstico de cada agente e seus

personalismos com o mundo militar, espaço de “confrontação dos valores técnicos policiais-militares com os trazidos pelos educandos” (Charlet, 2014, p. 2) durante o “curso de formação [...], considerado como momento privilegiado de contato dos sujeitos com uma cultura policial militar [...].” (Nummer, 2005, p. 15).

Em visão mais ampla, a pesquisa sobre a formação reflete a necessidade de identificar e compreender os elementos constituintes da segurança pública, a qual assume importância fundamental nas discussões nos grandes salões e nas ruas quando do aumento da criminalidade e violência, hoje muito explorada nas redes sociais.

A Polícia Militar do Pará - PMPA, entre 2018 e 2026, apresentou eficácia no combate à criminalidade com dados positivos[12], ao mesmo tempo em que foi acusada de ser autora de “violências” (em sua dimensão plural) durante a prática profissional. Algumas respostas a essa aparente contradição podem ser observadas no processo de ensino e formação militar, pouco estudado nos seus aspectos curriculares e suas características, quanto à constituição de identidades.

Antes da formação propriamente dita temos inúmeras fases, como o concurso público para admissão, a investigação social e análise de perfil psicológico, quando temos então o período de formação militar que para oficiais da PMPA envolve uma média de 18 meses e para soldados cerca de 10 meses.

O cotidiano militar durante a formação é, de um lado, um período de formalismos e rigidez, porém por outro lado, permite alguns espaços de lazer e do lúdico, momento em que os alunos expressam nesta

relativa liberdade canções militares não oficiais, gritos de guerra construídos para representar o grupo e carregam altivamente as suas bandeiras (flâmulas) com os símbolos únicos de cada pelotão. Signos que indicam uma cultura de preferências e ausências, práticas aceitas ou rejeitadas durante a formação.

Precisamos, contudo, compreender que um centro de treinamento e formação é constituído por militares mais antigos que já participaram, cada um à sua época, de formações e ambientes com culturas policiais igualmente rígidas. Desta forma, estes centros sujeitam o novato a estruturas sociais com uma cultura de representações já cristalizadas, sendo recebidos por um espaço de homens e mulheres que já carregam a cultura policial.

Permeando essas estruturas, tanto na formação como em cursos e treinamentos militares em outras unidades, temos como fonte as canções não oficiais que, neste estudo, conceituamos como as canções criadas, reproduzidas, adaptadas ou ressignificadas oriundas de outras forças militares federais ou estaduais que são entoadas principalmente durante as corridas e exercícios físicos dos militares presentes na formação, mas que também já foram utilizadas durante sepultamentos para homenagear militar em despedida fúnebre, ou em contexto de libertação de militares que estavam custodiados e que, recebidos por outros militares da própria unidade, entoavam canções não oficiais com teor de força e identidade próprios.[13]

As canções militares não oficiais apresentam-se como objetos possíveis de compreensão dessa cultura por meio das representações sociais que expressam. Distintas destas, temos as canções oficiais e institucionais, reconhecidas como os hinos

(nacionais ou estaduais), bem como os hinos ou canções institucionais de outras forças como a Canção do Exército brasileiro ou Canção “Cisne Branco” da Marinha do Brasil etc.

Recentemente, observamos o uso das canções não oficiais em espaços inusitados em outras instituições: 1) agentes do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN) entoam durante cursos e treinamentos canções como “[...] patrulha a noite inteira, nosso lema é vibração [...].”; 2) Agentes da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal executavam canções dentro de uma boate em Brasília com o teor “[...] escuta a terra tremer, chegou a penal a melhor da vibração, chegou a ‘Penal’, nosso lema é vibrar.”, causando repercussão nacional pelos fatores exposição e risco à segurança; 3) como último exemplo, citado anteriormente, temos a associação das canções militares não oficiais no cenário de luto e sepultamento de um policial militar do Estado do Pará, morto em atividade. Nesta ocasião, os colegas de farda entoavam canções com muita emoção e tom vibrante sobre o túmulo recém-coberto com “[...] nós tivemos o prazer, de conhecer, um guerreiro valente e destemido, ele tinha a coragem de um leão, o seu nome era ***.”. [14]

Este artigo usa em seu título parte de uma canção não oficial denominada “Combatente audaz”, emprestando um fragmento do trecho “E muitos pensam que é brincadeira, quando falamos o que passamos”. Este trecho em si evidencia a percepção de espaços e tempos diferenciados que constituem a formação militar e suas representações.

As canções não oficiais, entoadas por novatos ou antigos, são fontes dessas representações com valores e princípios próprios da

instituição, servindo-nos para a análise por meio dos seus discursos. Uma cultura que circula por várias turmas durante anos, com ligeiras adaptações e novas significações nos espaços de formação militar e nos espaços de lazer, o que reforça o argumento de Foucault quando ele afirma que os discursos são responsáveis por constituir os próprios objetos de que falam (Foucault, 2008, p. 49).

Desta forma, as fontes deste estudo serviram para uma análise que articulou a teoria das representações sociais com a teoria da análise do discurso, sendo esta de inspiração foucaultiana e aquela compreendida enquanto conteúdos simbólicos compartilhados, pressupondo que tais representações se produzem, circulam e se estabilizam no interior de práticas discursivas específicas.

Considerando os problemas de pesquisa objetivamos responder: (01) quais são as principais representações sociais enunciadas pelos alunos? (02) essas representações estão em harmonia com os princípios e objetivos institucionais? (03) verifica-se a existência de percepções positivas ou negativas dessas representações por parte dos alunos, bem como de mecanismos de controle institucional?

As hipóteses formuladas foram: a primeira, de que há um espaço de livre construção, circulação e cristalização das identidades dentro de cada campo formativo com substancial influência sobre os alunos, com pouco controle ou harmonia com os objetivos institucionais, sem percepção ou reflexão crítica sobre os conteúdos das canções; a segunda, de que há um espaço relativamente controlado dessas representações, com um esforço e busca institucional pelo alinhamento aos valores institucionais positivos, em que uma parcela dos alunos percebe algumas canções como fora dos eixos e harmonias institucionais.

Para alcançar os objetivos, realizou-se uma pesquisa de abordagem quantitativa e qualitativa, com predominância qualitativa, apoiada na revisão bibliográfica, análise documental e seus conteúdos, com aplicação de questionários semiestruturados com perguntas abertas e fechadas.

A relevância da pesquisa se justificou pela compreensão de que a Segurança Pública e a Polícia Militar são órgãos essenciais à promoção e efetivação da dignidade humana, instituições que estão em processo contemporâneo de modernização e profissionalização, um caminhar lento de transformações que exige o conhecimento de seus processos formais e informais de formação, além do alinhamento entre o que dizem as normas e princípios constitucionais e a formação e treinamento contínuo dos agentes de segurança pública. O ensino policial, longe de ser um processo fechado, apresenta dois momentos distintos a serem considerados, nos ensina Paula Poncioni:

> *Na organização policial, geralmente, a primeira etapa da socialização do futuro policial se dá através da academia de polícia, onde se opera formalmente a socialização secundária dos "novatos", com a introdução de conhecimentos e habilidades técnicas. A segunda etapa se realiza nos locais e nas posições designadas para o policial trabalhar, e a aprendizagem ocorre, privilegiadamente, a partir da realidade cotidiana da organização policial. (Poncioni, 2005, p. 603)*

Desta forma, este artigo elencou um *ethos* muito particular, com características bem próximas ao conceito de instituição total de Goffman (2001), que definiu, além dos manicômios e conventos, os quartéis como um espaço que insere o "novato" em estruturas da

corporação com culturas, percepções e representações já estabelecidas. Em seu trabalho, Goffman também desenvolve o conceito da "mortificação do eu": onde o internado é despido dos elementos e cultura que traz do mundo doméstico, seus personalismos e individualidades, pelo fechamento em espaços como hospitais, cadeias públicas, manicômios e quartéis.

O objetivo geral focou em analisar as representações sociais expressas na formação militar e os discursos dos alunos e da Instituição. Os objetivos específicos foram: (01) catalogar as representações sociais expressas na formação por meio das canções não oficiais entoadas pela última turma de Formação de Oficiais da PMPA 2022/2023 e (02) identificar a harmonia das canções com os valores institucionais e legislações vigentes e as percepções dos pesquisados e (03) analisar as representações sociais presentes nos discursos dos alunos em formação com apoio das Teorias da análise do Discurso e das representações sociais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Violência e segurança pública têm ganhado espaço nas produções acadêmicas de várias áreas, destacando-se as ciências humanas. Dramatizada, a violência ocupa lugar de destaque nos debates públicos (Souza, 2012) e o exercício acadêmico deste trabalho é pela compreensão dos laços que ligam a formação e a atividade policial à representação social da violência, ou suas variadas formas de manifestação na longa duração[15], tema que tem atraído cada vez mais pesquisadores (Lavoratti, 2008).

As pesquisas sobre o tema no país iniciaram-se pela análise do trabalho policial em suas atividades práticas, posteriormente sobre

as suas funções, e, apenas recentemente, sobre o agente policial e seus discursos (Souza, 2012), abrindo um espaço cada vez maior ao estudo da formação militar inicial e suas continuidades (Monjardet, 2003).

A dimensão informal da formação torna-se campo de pesquisa com ênfase nos ajustamentos que os indivíduos fazem entre si, nas lacunas do controle institucional, conforme afirma Monjardet (2003, p. 64): "usos, costumes e normas coletivas [...] na ausência de codificação, dependem de mecanismos de ajustamentos interindividuais". Assim, os trabalhos recentes sobre polícia abordam o cotidiano da formação (Souza, 2012).

As canções militares não oficiais, como aparentes "brincadeiras" nesses espaços revelam as representações sociais dos formandos em contraste com os valores que a própria instituição apresenta de si. Reforçando nossas definições, chamaremos de canções oficiais aquelas reconhecidas oficialmente pelas instituições, como Hino Nacional, Hino Estadual ou hinos institucionais; e *canções não oficiais* ou *informais* aquelas entoadas nos ambientes das práticas lúdicas, como corridas e treinamentos, que recebem ajustes e adaptações no grupo em que são cantadas.

Combatente Audaz é um exemplo deste tipo. Essas canções recebem dos militares o código "*Charlie Mike*" (C.M.)[16], enquanto outros somam a esse termo uma nova e significativa continuação da sigla "*Charlie Mike*, *Mike Delta*" (C.M.-M.D.), que pelo mesmo raciocínio significa "Canções Militares de Morte e Destruição".

As canções não oficiais expressas nos espaços de relativa autonomia como treinamentos em escolas militares de todo o país, reforçam

discursos muito presentes no mundo militar, local próprio de suas manifestações, com acentuado uso nas escolas de formação ou cursos de formação, por meio de um *ethos* ainda não suficientemente estudado.

Este é ainda um ambiente restrito e cheio de símbolos que demandam assistência de outras áreas, afirmam Castro e Leirner (2009). Com as pesquisas de Castro (1990) e Leirner (1997), décadas de 80 e 90, tem-se a superação dos muros dos quartéis e a introdução a parte deste mundo fechado e dos seus protagonistas.

2.1. Instituições Totais: Controle e Resistência

Em Castro (1990), em sua pesquisa antropológica sobre a Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, se observam esses mundos e sua dicotomia, por meio das entrevistas com os alunos e futuros oficiais do Exército Brasileiro - EB, revelando um ritual próprio de formação de identidade ao lado do abandono de traços da vida civil, encontrando um comum "espírito de corpo" a que os militares estariam sujeitos quando no ambiente da escola, ao observar o:

> *[...] destaque que dão à intensidade do processo de socialização profissional militar, combinada com o fato de que esse processo ocorre em relativo isolamento e autonomia. Por isso, comparada a outras profissões, a militar representaria um caso-limite sociológico, com grande coesão ou homogeneidade interna, mesmo que frequentemente ao preço de um distanciamento entre militares e mundo civil. (Castro, 1990, p. 43).*

A formação e cultura policial militar, tratada neste ambiente particular, aproxima-se, em parte, do conceito de *instituição total*

desenvolvido por Goffman: “[...] local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada” (Goffman, 2001, p. 11)

As características das instituições totais, segundo Goffman (2001), são: (01) esferas de vida (dormir, brincar e trabalhar) no mesmo ambiente; (02) atividades diárias executadas por muitas pessoas em conjunto; (03) atividades com horários controlados pelos dirigentes; (04) atividades obrigatórias para atender a instituição; (05) controle das necessidades básicas.

Como exemplos destas instituições fechadas citadas por Goffman temos:

> *1 Instituições para cuidar de pessoas [...] incapazes Ex.: casas para cegos, asilos;*
> *2 Locais para cuidar de pessoas que são uma ameaça à comunidade, embora de maneira não-intencional. Ex.: hospitais para doentes mentais, leprosários.*
> *3 Instituições para proteger dos perigos intencionais, Ex.: cadeias, penitenciárias*
> *4 Instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas por meio de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas. [...]. (Goffman, 2001, p. 16-17)*

Este autor ainda apresenta o conceito da “mortificação do eu”, como parte desse fechamento e necessário processo de fortalecimento de uma identidade própria e dos outros:

> *O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições [...] no seu mundo doméstico. Ao entrar, é despido do apoio dado por tais disposições. [...] começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua carreira moral [...] mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros [...]. (Goffman, 2001, p. 24)*

Assim, há um despojamento de seus papéis anteriores, bem como de sua autonomia no fazer. Esses processos não ocorrem sem resistência. Não há uma total eliminação das características dos indivíduos, como simples submissão, apagando-as ou substituindo-as (Goffman, 2001). A submissão retira a autonomia e estabelece a disciplina, explica Foucault (2004):

> *Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo. Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo afinal de contas irrisório. (Foucault, 2004, p. 115) [...] A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito. (Foucault, 2004, p. 165)*

Castro (2007) problematiza o conceito de “instituição total” de Goffman (2001), afirmando que ele se enquadra no primeiro ano da AMAN ou no serviço militar obrigatório, quando há um isolamento, questionando o conceito “total”, pois há divergências atuais com o modelo de Goffman, apesar de várias “semelhanças formais” com as “instituições totais” como nas prisões, manicômios e escolas militares que apresentam estrutura física e arranjo burocrático isolados do “mundo doméstico[17] (Castro, 2007, p. 3)”.

A problematização proposta por Castro (2007) relativiza o “fechamento” encontrado em Goffman (2001), com algumas semelhanças não taxativas[18], afirmando inexistir tanto a ruptura brusca com o mundo externo, quanto uma divisão entre dirigentes e internos na formação militar:

> *[...] inexiste uma divisão rígida entre “equipe dirigente” e “internos” (inmates). Na cadeia de comando militar não há uma separação da mesma natureza. [...] ao contrário das instituições totais típicas, a comunicação informal e o estabelecimento de relações afetivas entre cadetes e oficiais são crescentemente estimulados ao longo do curso. [...] busca-se o estabelecimento de vínculos entre cadetes e oficiais. Estes devem “dar o exemplo”, servindo de modelos para os cadetes. (Castro, 2007, p. 4)*

Este trabalho prefere usar o conceito de *instituição totalizante,* significando mais um esforço contínuo da administração pelo controle e isolamento do novato, em disputa com as forças conscientes e inconscientes de resistência e liberdades dos alunos, que se apropriam, elaboram e constroem discursos, símbolos e identidades particulares nos espaços socialmente possíveis, não

mais fechados por pedra e cal, posto que há um desequilíbrio de forças constante com o uso moderno de tecnologias que os colocam em contato tanto com o grupo, quanto com o mundo exterior.

Essas resistências e liberdades podem ser observadas como um movimento próprio de valores e discursos que são construídos informalmente pelos sujeitos: percebemos aqui ensinamentos da Teoria da Administração e suas organizações, que explicam as diferenças entre a *organização formal* e a *informal*, esta última sendo um espaço sociológico do saber de relacionamentos, comunicação e influência recíprocas "alcançando seus sentimentos e atitudes" e apresentando "comportamentos esperados" por Witt (1969, p. 203) [19]

Assim, as escolas de formação (quartéis) se aproximam da ideia de Goffman, como espaço de despojamento do novato, retirando sua autonomia no fazer, porém compreendemos que a modernidade e as possibilidades de comunicação remota venceram as paredes e limites impostos.

Desta forma, este artigo utilizará o conceito de *instituição totalizante* a fim de explorar uma experiência mais completa da identidade militar:

> *A mudança de caracterização - de total para totalizante - pretende caracterizar melhor uma experiência totalizadora e básica para a identidade militar, que engloba e fundamenta as características diferenciais entre militares e paisanos: a da preeminência da coletividade sobre os indivíduos. (Castro, 2007, p. 6)*

3. METODOLOGIA

Este estudo utilizou os métodos quantitativos e qualitativos, com ênfase qualitativa para fins descritivos e interpretativos, buscando compreender as memórias, experiências e percepções dos sujeitos em formação, articulando de maneira complementar procedimentos de cálculo amostral, pesquisa bibliográfica, análise documental, aplicação de questionários semiestruturados e uso integrado das teorias das Representações Sociais e da Análise do Discurso de orientação foucaultiana e, como técnica auxiliar, a análise de conteúdo dos documentos pesquisados. O desenho metodológico buscou assegurar rigor analítico e consistência hermenêutica entre objetos, fontes e técnicas.

Compreendemos, como May (2004, p. 146), que não se deve pensar em uma divisão entre os métodos de pesquisa, antes devemos refletir em como superar as dicotomias artificiais e alcançar as potencialidades e limitações de cada um na produção do conhecimento:

> *[...] ao avaliar esses diferentes métodos, deveríamos prestar atenção, [...], não tanto aos métodos relativos a uma divisão quantitativa-qualitativa da pesquisa social – como se uma destas produzisse automaticamente uma verdade melhor do que a outra -, mas aos seus pontos fortes e fragilidades na produção do conhecimento social. Para tanto é necessário um entendimento de seus objetivos e da prática. (May, 2004, p. 146)*

A ênfase qualitativa busca complementar e aprofundar a pesquisa, conforme afirma Martins (2004, p. 291):

> *[...] as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. (Martins, 2004, p. 291)*

3.1. Universo e Cálculo Amostral

O recorte espacial da pesquisa limitou-se à Academia de Polícia Militar Coronel Fontoura - APM, unidade escola que forma os oficiais da Polícia Militar do Pará e de outras instituições militares das unidades federativas da Amazônia. A população correspondeu a 163 aspirantes a oficiais da turma do Curso de Formação de Oficiais da PMPA, 2022/2023, primeira turma com exigência do Bacharelado em Direito[20] para o ingresso. Desse Universo, 117 responderam ao questionário, com recrutamento não probabilístico, por conveniência: considerando que os pesquisados, após formados, estavam distribuídos por todo o território do Estado do Pará, em 144 municípios.

O erro amostral máximo foi estabelecido em 5%, empregando-se a fórmula de amostragem para populações finitas, resultando em uma meta de recrutamento de 116 alunos pesquisados (115,8082), assegurando rigor à pesquisa.

3.2. Procedimentos de Coleta de Dados

3.2.1. Pesquisa Bibliográfica e Documental

A pesquisa bibliográfica consistiu na leitura crítica de obras clássicas e contemporâneas sobre representações sociais, análise do discurso, análise de conteúdo, formação policial e segurança pública. Para situar o estudo no contexto amazônico, consultou-se, entre outras fontes, o repositório de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (UFPA)[21]. A revisão permitiu sistematizar os debates, delimitar as categorias conceituais e identificar divergências interpretativas e lacunas na literatura.

A pesquisa documental complementou a revisão bibliográfica com o exame sistemático de documentos institucionais da Polícia Militar do Pará (PMPA), especialmente aqueles relacionados ao ensino e à regulamentação da unidade de formação estudada. Foram examinados o Projeto Pedagógico, Manuais do Aluno, Plano de ensino das Disciplinas, Normas internas da Academia de Formação de Oficiais, Regulamentos da PMPA (Código de Ética e Lei de Organização Básica Institucional), Diretrizes pedagógicas, Currículos de Disciplinas, Históricos de cursos[22] e Atas de disciplinas. A análise buscou compreender de que modo as normas institucionais que orientam a formação policial militar se alinham aos princípios e às regras da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Esse exame apoiou-se na noção de constitucionalização do direito, conforme formulada por Barroso:

> *A ideia de constitucionalização do direito aqui explorada está associada a um efeito expansivo das normas constitucionais, cujo conteúdo material e axiológico se irradia, com força normativa, por todo o sistema jurídico. Os valores, os fins públicos e os comportamentos contemplados nos princípios e regras da Constituição passam a condicionar a validade e o sentido de todas as normas do direito infraconstitucional. (Barroso, 2012, p. 32)*

Articulada aos demais procedimentos da pesquisa, a análise documental permitiu identificar prescrições normativas e relacioná-las às práticas e às dimensões simbólicas da formação policial militar. Conforme Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 1), a "análise documental reduz interferências do pesquisador nas interações sociais". Godoy (1995, p. 23) destaca a possibilidade de submeter a exame crítico os materiais que ainda não receberam tratamento analítico. Os documentos foram obtidos principalmente em repositórios digitais da PMPA. A consulta a documentos internos complementou esse levantamento, observadas as condições de acesso e as autorizações para a pesquisa.

3.2.2. Aplicação de Questionários Semiestruturados e Análise de Conteúdo

Conforme orientação institucional recebida, para o desenho de pesquisa adotado, a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa não era exigida quando realizada por meio de questionário semiestruturado e preenchido individualmente pelos participantes. Os contatos telefônicos destinaram-se à apresentação do estudo, ao esclarecimento de dúvidas e ao encaminhamento do formulário.

Respeitando-se as etapas anteriores, foram aplicados questionários semiestruturados a 117 aspirantes a oficiais recém-formados da Polícia Militar do Pará (PMPA), integrantes da turma de 2022/2023 do Curso de Formação de Oficiais. Os participantes foram contatados por meios digitais e por telefone. Em diálogo com Duarte (2005), optou-se por combinar questões abertas e fechadas para manter o foco nos temas da pesquisa e permitir que os participantes formulassem respostas em seus próprios termos. O preenchimento individual em horário de folga buscou reduzir a influência do grupo e de eventuais pressões hierárquicas.

No contato inicial, foram apresentados os objetivos do estudo, esclarecidas as dúvidas dos participantes e solicitada sua anuência para o envio do *link* do questionário, disponibilizado no *Google Forms,* instrumento submetido previamente a um teste para identificar e corrigir problemas técnicos e reformular perguntas cuja redação pudesse induzir respostas.

O questionário foi organizado em quatro partes. A primeira apresentava os objetivos do estudo, identificava a instituição e os responsáveis pela pesquisa e informava sobre o sigilo e a confidencialidade das respostas. A segunda continha o Termo de Consentimento, por meio do qual o participante manifestava sua decisão de prosseguir ou não. A terceira reunia questões fechadas sobre perfil socioeconômico, escolaridade e percepções sobre as canções e sua importância na formação. A quarta continha questões abertas sobre os sentidos atribuídos à formação, às canções não oficiais e aos discursos que circulavam no ambiente militar. Entre os temas abordados, estavam a concordância dos participantes com determinadas expressões presentes nas canções e suas percepções sobre possíveis relações entre essas canções e a violência na

atividade policial. As questões fechadas subsidiaram a sistematização dos dados quantitativos. O tempo médio de preenchimento foi de 16 minutos.

A análise de conteúdo foi empregada como técnica auxiliar para organizar os sentidos e identificar os temas recorrentes nos documentos e nas respostas abertas. Conforme Moraes (1999, p. 30), a técnica tem a "capacidade de integrar o método qualitativo dentro de um universo muito grande de mensagens e informações". A categorização possibilita examinar diferentes níveis de significado em uma mesma mensagem, como exemplifica o trecho a seguir:

> *[...] em qualquer mensagem escrita, simultaneamente, podem ser computadas letras, palavras e orações; podem categorizar-se as frases, descrever a estrutura lógica das expressões, verificar as associações, denotações, conotações e também se pode formular interpretações psiquiátricas, sociológicas ou políticas. (Krippendorff apud Moraes, 1999, p. 8)*

As categorias analíticas definidas foram: violência e seu campo semântico; bem como direitos humanos e cidadania, com base na leitura articulada das fontes. A análise considerou as relações diretas e indiretas das categorias.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Análises dos Documentos Institucionais de Ensino

A compreensão das instituições formadoras pode ser investigada nos documentos que regem seu funcionamento, o que direciona

nosso recorte para a Academia de Polícia Militar “Cel. Fontoura” - APM, escola que forma os Oficiais da PMPA.

A Diretoria de Ensino na instituição é criada apenas no ano de 1990, conforme Decreto Estadual n.º 6.784 de 20 de abril de 1990 em contraposição a data de 1818, ano de criação da própria Instituição PMPA. Contudo, as atividades de ensino e formação já existiam, posto que o centro de ensino e instrução militar na PMPA denominado Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças “Cel. Moreira” funciona desde 1973, o que não exclui outras formas de ensino existentes na história da PMPA, em outras cidades do Estado do Pará que tinham modelos próprios de treinamento e formação.

Outro dado importante é que antes dos anos 1990, a formação de oficiais da PMPA era realizada em Escolas de Formação de outros Estados, com um público selecionado prioritariamente do Exército Brasileiro, entre os “Oficiais da Reserva de 2ª Classe”.[23]

A Academia de Polícia Militar “Cel. Fontoura” foi criada, pelo mesmo Decreto Estadual que criou a Diretoria de Ensino, em 20 de abril de 1990, e sua primeira turma era composta de 59 alunos: 15 da Polícia Militar do Amazonas e 05 da Polícia Militar do Piauí[24] e 39 da Polícia Militar do Pará. Sua criação atendia à necessidade de ampliar a capacidade de operação da corporação por meio do ensino policial e do oficialato diante da ausência de escola de formação de oficiais no Norte do país. A APM teve sua primeira sede na BR 316, km 08, onde funciona, hoje, a Escola Estadual “Raimundo Vera Cruz”, mudando de sede em 1999 e se estabelecendo no Instituto de Ensino de Segurança do Pará - IESP, conforme a Lei Nº 6.257/1999.

Na APM são realizados os cursos de Formação, Habilitação e Adaptação de Oficiais (Curso de Formação de Oficiais - CFO, Curso de Habilitação de Oficiais - CHO e Curso de Adaptação de Oficiais - CADO, respectivamente), com apoio e coordenação pedagógica do Instituto de Ensino de Segurança do Pará - IESP. Durante o CFO são desenvolvidos espaços e trabalhos que promovem discussões científicas sobre a Defesa Social e Cidadania. Antes do CFO 2022/2023, ao aluno formado era conferido o título de "Bacharel". Hoje, entre os alunos pesquisados, os concluintes recebem o título de Especialistas *lato sensu* em Ciências da Defesa Social e Cidadania. [25]

Ao longo de sua história, a APM formou 22 turmas de Oficiais combatentes (CFO), totalizando 1.420 concluintes, destes, 268 pertencem a outros Estados como Amapá, Piauí, Amazonas, Acre, Roraima, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Bahia e Alagoas, o que reafirma a importância que a Polícia Militar do Pará tem no contexto amazônico e brasileiro.

A análise documental, em resumo, apresentou presenças e ausências "sensíveis" entre as categorias analisadas. Ao tabular as matérias ministradas nos cursos de formação de soldados do CFAP, uma das primeiras unidades de ensino militar do Pará, observamos que as matérias refletem necessariamente o contexto social e político no qual a sociedade estava mergulhada: ao lado de conteúdos curriculares como "Armamento e tiro e Higiene e Socorro", figuram disciplinas como "Guerrilha e Contraguerrilha":

Quadro 1. Disciplinas do Curso de Formação de Soldados da PMPA de 1974.

DISCIPLINAS DO CFSD 1974		
ARMAMENTO E TIRO	ORDEM UNIDA	INSTRUÇÃO GERAL
DISTÚRBIO CIVIL	HIGIENE E SOCORRO DE URGÊNCIA	NOÇÕES DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
TÉCNICA POLICIAL MILITAR	COMUNICAÇÕES	MARCHAS E ESTACIONAMENTO
IPPP	TÉCNICA DE BOMBEIRO	RELAÇÕES PÚBLICAS
INFORMAÇÕES E C/ INFORMAÇÕES	**GUERRILHA E CONTRA-GUERRILHA**	POLICIAMENTO DE RÁDIO PATRULHA
EQUITAÇÃO	INSTRUÇÃO POLICIAL	TIPOS DE POLICIAMENTO
SEGURANÇA FÍSICA DA INSTAL. VITAIS	POLICIAMENTO NORMAL, RURAL E URBANO	POLICIAMENTO A PÉ, MONTADO E MOTOS
MATEMÁTICA	CONTROLE DE TUMULTO	EDUCAÇÃO FÍSICA
EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	POLICIAMENTO DE TRÂNSITO	-

Fonte: catalogado pelo autor, conforme documentos permanentes do CFAP 2016 (grifo nosso).

As disciplinas destacadas no quadro representam uma constante até as turmas de 1977. Em 1979 há uma sutil mudança de nomenclatura para “Contraguerrilha” e “Instalações Físicas”, refletindo o Brasil dos anos 1970, marcado intensamente pela oposição ao regime civil-militar, com guerrilhas na cidade e no campo. A disciplina “OP. DEF. INT. E DEF. TERRITORIAL” que igualmente reflete esse processo surge em 1982 e se mantém no

currículo até 1986, momento em que o Brasil passava pela abertura "lenta e gradual".

Analisando as disciplinas, percebe-se a ausência de Direitos Humanos e cidadania nos currículos de oficiais e praças até o ano de 1994 e 1995, respectivamente. De outro lado, continuidades de uma mentalidade ligada ao contexto da Doutrina de Segurança Nacional se mostram presentes na primeira turma de Oficiais de 1991.

Quadro 2. Recorte e Grande área das Disciplinas do currículo do Curso de Formação de Oficiais Intensivo - CIFO e CFO da PMPA, entre 1991 e 1994.

DISCIPLINA	GRANDE ÁREA	ANO	CURSO
OP. DE DEFESA INTERNA E DEF. TERRITORIAL	ENSINO PROFISSIONAL	1991	CIFO
SEGURANÇA NACIONAL	ENSINO PROFISSIONAL	1991	CIFO
SEGUR. DE INSTALAÇÕES FÍSICAS E DIGNITÁRIOS	ENSINO PROFISSIONAL	1994	CFO

Fonte: catalogada e elaborada pelo autor, com base em fontes abertas da Divisão de Ensino do APM, 2017.

Silva (1990, p. 179-191 *apud* Muniz, 1999, p. 71)[26] aponta razões históricas para a cristalização das ambiguidades entre a PM e o Exército e para a "crise de identidade das polícias militares e dos policiais militares". E, para além deste passado próximo, Lemgruber, Musumeci e Cano (2003, p. 52 *apud* Oliveira Neto, 2020, p. 113) corroboram que "há, concretamente, evidências históricas que apontam raízes muito mais antigas e profundas para o arbítrio

policial militar", fruto das constantes atividades belicosas de um espírito autoritário ancestral que se mistura à aura democrática. Nesse sentido, tropas paraenses acabavam:

> *Sendo repetidamente empregadas na supressão violenta de movimentos revoltosos que ameaçavam o poder político central, como a Cabanagem (1835-1840), no Pará, a Revolução Praieira (1848-1850), em Pernambuco, e Guerra de Canudos (1896- 1897), no árido sertão baiano. Tropas paraenses combateram em Itororó, Perebebuí, Lomas Valentinas, Chaco, Curuzu e Humaitá, na Guerra do Paraguai (1864-1870). Confrontaram ainda, em 1924, na cidade paraense de Óbidos, o braço armado do movimento tenentista liderado pelo então tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. (Oliveira Neto, 2020, p. 115)*

Considerando a sistemática do princípio da supremacia constitucional localizamos a polícia militar entre os órgãos da Segurança Pública (Art. 144, Constituição Federal de 1988), enquanto parte do dever do Estado, com fins de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em observância aos fundamentos e objetivos de uma constituição cidadã: tendo a dignidade humana como princípio que busca uma sociedade livre, justa e solidária; reduzindo desigualdades e promovendo o bem de todos universalmente.

Ao lado do texto constitucional vigente, persistem pressupostos de uma herança belicosa que atravessam, sem cerimônia, o mundo democrático.

4.2. Direitos Humanos

Analisando os documentos de ensino em si por meio da categoria Direitos Humanos, observamos que o Projeto Pedagógico do CFO 2022/2023 exigiu expressamente uma formação que atendia à filosofia e fins dos Direitos Humanos nos aspectos moral, físico e psicológico (Pará, 2022b, p. 4). Apoiando-se na Matriz Curricular Nacional de 2014, os Direitos Humanos estão transversalizados nas disciplinas jurídicas, afirma o documento.

Contudo, analisando os documentos de ensino, observa-se que Direitos Humanos contém 20h das 2.839 horas-aula do currículo, representando 0,7%. Todas as disciplinas jurídicas totalizam 200 horas-aula, representando 7% do total, o que pode sugerir o tangenciamento em Direitos Humanos.

A análise das legislações reportou 88 ocorrências da expressão "Direitos Humanos" ou "dignidade humana". Cronologicamente temos o Regulamento da APM "Cel. Fontoura" (Decreto nº 3.626/1999) que apenas nos aproxima da ideia dos Direitos Humanos, ao afirmar que a formação da APM atenderá "a formação profissional técnico-jurídica e humanística" no art. 4º, II.

Por sua vez, as Normas para o Planejamento e Conduta de Ensino e Instrução (NPCEI), de 27 de janeiro de 2003, afirmam estar intimamente ligadas aos valores constitucionais e têm no ensino o atendimento de valores e ações básicas de cidadania, além de planejar para os anos seguintes a 2002 o "Curso de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário" (Pará, 2003, p. 10).

Em 2006, foi editada a Lei de Organização Básica - LOB (Lei Complementar nº 053 de 2006, alterada em 2016), onde se apresentam os Direitos Humanos como um valor presente em todos

os níveis da instituição, do estratégico ao operacional. O art. 3º apresenta os princípios a serem seguidos pela PMPA que, entre outros, disserta sobre "VIII - a promoção, a garantia e o respeito à dignidade e aos direitos humanos", reforçado pelo art. 57: *XI - Incentivar e valorizar as práticas de respeito aos Direitos Humanos* [...].

O Código de Ética e Disciplina da PMPA (Lei n.º 6.833/2006), com 14 ocorrências, apresenta um sistemático conjunto de *comportamentos* esperados do agente policial, o que inclui alunos em formação, como a demonstração dos valores, identidade e espírito militar. O art.17 referencia atributos como cidadania e respeito à dignidade humana e aos preceitos da ética na PMPA: com as posturas ativas de não discriminação, respeito à dignidade da pessoa humana e a plena garantia dos direitos e garantias fundamentais, todos em seu artigo 18. Até mesmo a classificação das transgressões leva em consideração a violação de direitos fundamentais quando da avaliação da gravidade da transgressão, bem como para a dosimetria da pena.

Finalizando esta análise, devemos considerar três normas e uma observação, sem excluir outras: (01) Resolução do CONSEP n.º 11, de 08 de abril de 1997, que torna obrigatória a inclusão da disciplina Direitos Humanos nas Grades Curriculares da Academia de Formação; (02) a Resolução nº 023/2001 do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP) [27] tornou obrigatória a inclusão de uma disciplina voltada para a interpretação da Lei de Tortura no currículo de todos os cursos de formação, aperfeiçoamento, especialização e requalificação profissional dos agentes de segurança pública, realizados em suas Academias de Formação; (03) a edição da Portaria nº 230/2021–DGEC que proíbe o emprego de

expressões, canções e escritos fomentadores de violência, apologia ao crime e desrespeito aos Direitos Humanos por parte de oficiais, praças e alunos da APM, CFAP, CTPM e demais unidades de ensino.

O levantamento revela como contraste o fato de que o Projeto Pedagógico do Curso De Formação de Oficiais, do período pesquisado, apresenta poucas referências aos Direitos Humanos, enquanto o Manual do Aluno 2022 não o cita diretamente nenhuma vez. A ressalva a este ponto é uma breve expressão no texto de boas-vindas do manual onde se afirma “O rigor exigido durante o curso é indispensável para preservar as vidas e fortalecer as qualidades morais daqueles que se formarem Oficiais Policiais Militares”, colocando lado a lado “rigor do curso” e “preservar vidas”. Esse contraste se torna tão mais relevante quando se observa que o Manual do Aluno é um dos documentos mais próximos da realidade do aluno em formação.

4.3. Representações Sociais dos Participantes da Pesquisa

A Teoria das Representações Sociais situa-se na interface entre a psicologia e a sociologia e também informa estudos em áreas como a história e a antropologia. Seu caráter interdisciplinar permite examinar os processos pelos quais os indivíduos, em interação, elaboram explicações sobre os objetos sociais e conferem sentido ao mundo em que vivem. Nessa perspectiva, as representações constituem uma forma concreta de mediação das interações sociais (Jodelet *apud* Wachelke; Camargo, 2007 p. 380).

Entre os antecedentes da teoria, destaca-se a formulação de Émile Durkheim sobre as representações coletivas. Para o autor, elas exprimem o modo como o grupo se pensa em suas relações com os

objetos que o cercam e o afetam. Essa formulação repousa na especificidade da vida coletiva. A constituição do grupo obedece a uma lógica distinta da constituição do indivíduo, assim como os objetos que afetam a coletividade são de outra natureza. As representações coletivas assumem, nessa perspectiva, relativa estabilidade como formas pelas quais a sociedade compreende a si mesma e suas relações (Durkheim, 1999, p. 23 *apud* Wachelke; Camargo, 2007, p. 381).

Na formulação de Serge Moscovici, a ênfase recai sobre o caráter dinâmico das representações sociais. Elas são produzidas, difundidas e transformadas nas interações entre os atores sociais, particularmente nas práticas de comunicação do cotidiano (Wachelke; Camargo, 2007, p. 382). No caso dos militares em formação, essa perspectiva permite examinar como os alunos atribuem sentido às experiências que vivenciam e como esses sentidos participam da organização do cotidiano. Nesta pesquisa, os discursos são tratados como um dos suportes em que as representações sociais se expressam e podem ser investigadas. As duas categorias cumprem funções analíticas distintas. Sobre a relação entre as representações e o meio, Polli e Kuhnen observam:

> *As relações das pessoas com o meio ocorrem a partir da representação que a pessoa elabora do ambiente, formadas por seus valores, expectativas e preferências. A atuação da pessoa sobre o ambiente é influenciada tanto por relações individuais que estabelece com o meio, quanto pelos valores sociais que possui em relação ao ambiente. As representações assumem o papel de organizar e estruturar o real em um sistema cognitivo coerente que permite que a pessoa possa entender o mundo e atuar sobre ele. As características pessoais, as experiências passadas e presentes na relação com o ambiente, incluindo a cultura e a antecipação do que possa acontecer no futuro determinam esse sistema. (Polli; Kuhnen, 2011, p. 62)*

A pretensão totalizante das escolas de formação militar convive com a possibilidade de os alunos, referidos aqui como “internados”, reificarem determinadas imagens e elaborarem representações e discursos acerca de si e dos outros. No cotidiano da formação, discursos orientados por finalidades distintas podem se cruzar, ignorar-se ou excluir-se. Essa leitura acompanha a formulação de Foucault (2014, p. 50), em A ordem do discurso, segundo a qual os discursos devem ser examinados como práticas descontínuas.

Na perspectiva foucaultiana, examinar o discurso implica considerar as condições sociais em que ele é produzido e as relações de poder que atravessam sua circulação. Importa, portanto, observar quais enunciados adquirem legitimidade em determinado grupo e quais estão sujeitos a restrições. Ao discutir a relação entre discurso, desejo e poder, Foucault afirma:

> *Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (Foucault, 2014, p. 9 -10)*

Com base nessas formulações, as canções militares não oficiais foram tomadas como fontes para investigar os discursos e as representações sociais presentes na formação de oficiais da Polícia Militar do Pará (PMPA). A caracterização dos participantes do Curso de Formação de Oficiais (CFO) situa as respostas em relação às suas trajetórias escolares, territoriais e militares.

Entre os respondentes, 87,18% (102) se identificaram com o gênero masculino e 12,82% (15), com o feminino. A predominância masculina também aparece nos dados da aprovação no concurso, em que apenas 11,66% (19 das 163 pessoas aprovadas) eram mulheres. Quanto à escolaridade, nenhum dos alunos registrou outra formação superior além do bacharelado em Direito no campo destinado a essa informação. Em relação à naturalidade, 26,50% (31) eram de outros estados. À pergunta "*onde morou nos últimos 05 anos*?", alguns participantes indicaram mais de um município, com 33,33% (39) declarando que não haviam residido na Região Metropolitana de Belém (RMB) nesse período, conforme tabulação de dados. A informação registra a experiência de residência na Região

Metropolitana de Belém (RMB) e em outros municípios como elemento de contextualização das trajetórias dos participantes.

Quanto à experiência militar anterior, 40,17% (47) informaram ter realizado algum curso de formação militar antes do CFO. Nesse subgrupo, 87,23% (41) se identificaram com o gênero masculino e 12,77% (6), com o feminino. Dez respondentes (8,55% do total), todos do gênero masculino, informaram ter realizado cursos operacionais durante a formação militar anterior ao CFO.

As identificações religiosas mais frequentes foram a evangélica, com 47,86% (56), e a católica, com 36,75% (43). Outros 11,97% (14) declararam não ter religião. Na autodeclaração de cor ou raça, 59,83% (70) se declararam pardos, 25,64% (30), brancos, e 14,53% (17), pretos. A categoria parda foi a mais frequente entre os participantes

A maioria dos respondentes, 64,96% (76), afirmou que desconhecia as canções antes de sua primeira formação militar. Entre os 41 que já as conheciam, 60,98% (25) indicaram as redes sociais como meio de contato inicial, 21,95% (9) mencionaram “amigos próximos que são militares” e 7,32% (3) citaram “cursos preparatórios”. Em outra questão, 42,74% (50) afirmaram considerar estranho ou exagerado algum trecho ou expressão das canções.

As corridas foram o contexto de execução das canções mais indicado pelos participantes. As referências a corridas na disciplina de Treinamento Físico Militar (TFM) e a corridas de pelotão em atividades conjuntas somaram 197 das 202 marcações (97,52%). Na questão sobre qual atividade mais desenvolve a união e o espírito de corpo durante a formação militar, 106 dos 117 respondentes (90,60%) indicaram as atividades em conjunto, como as corridas de TFM.

Além disso, 75,21% (88) afirmaram que entoavam canções nesses espaços. Entre os 29 participantes (24,79%) que declararam não cantar, foram registradas as seguintes justificativas:

> *“vergonha”; “Desconhecimento”; “Timidez”; “Não sabia de cor”; “Dificuldade de memorizar”; “Minha voz é baixa e sempre tinha o ‘puxador’de canções oficial do pelotão”; “Acredito ser algo expontâneo é que requer iniciativa, meu pel sempre teve vários/bons puxadores e raramente eu puxava.”; “Falta de ritmo”; “Minha voz é baixa”; “Desconhecimento e falta de apreço pelas canções comumente entoadas”; “Não sabia cantar a canção toda e tinha indisposição”; “A voz não permitia entoar por muito tempo.”; “Vergonha”; “Péssima dicção e falta de ritmo”; “Falta de ritmo”; “Em meu antigo pelotão de curso muitos puxavam as canções e por ser meu primeiro contato com elas não conhecia muitas para poder puxar.”; “Não achava o tom bom na voz para entoar as canções”; “não sabia”; “Não gostava muito de puxar”. (**Fonte:** elaborado pelo autor com base nas respostas ao questionário, 2025)*

As justificativas incluem o desconhecimento das letras, a dificuldade de memorização, a falta de apreço pelo repertório e avaliações dos participantes sobre a própria voz, dicção e capacidade de acompanhar o ritmo. As menções à vergonha e à timidez sugerem que entoar uma canção diante do pelotão pode ser vivido como uma situação de exposição. As referências ao “‘puxador’ de canções oficial” e aos “bons puxadores” indicam que, em alguns pelotões, determinados alunos eram reconhecidos pelos colegas por sua capacidade de conduzir o canto. A condução das canções pode ser examinada em relação ao papel motivacional atribuído à prática. Para 110 (94,02%) respondentes, as canções serviam para aumentar

ou recuperar a empolgação e a "vibração" do grupo, e todos marcaram a opção "acreditar 100%.

Todos os alunos que responderam à questão reconheceram as canções militares pela expressão "Charlie Mike". Entre as explicações, apareceram "Canção Militar (no código 'Q': C = *Charlie*; M = *Mike*)", "vibração e motivação" e "para vibração dos alunos e formação do sentimento de pertencimento e companheirismo". Ao serem questionados sobre a expressão "Charlie Mike e Mike Delta", 103 (88,03%) a associaram a "Canções militares de Morte e Destruição", identificando um repertório que se distingue pelo conteúdo das letras. Já 114 (97,44%) afirmaram que algumas canções provocavam mais "vibração" do que outras.

Sobre a existência de orientações para entoar as canções, 105 (89,74%) responderam afirmativamente. A maioria dos relatos atribuiu essas orientações e limitações ao canto aos instrutores e à coordenação do curso. As respostas mencionaram tanto o conteúdo das letras quanto os espaços em que elas poderiam ser entoadas. Entre os registros, constam "Era recomendado não puxar Charlie Mike, Mike Delta fora dos muros do batalhão", "a orientação era de que não poderíamos cantar esse tipo de canções que faziam menção à violência." e "evitar cantar 'Charlie Mike Mike Delta' em determinados locais".

Nas respostas abertas, a referência ao espaço externo ao quartel apareceu associada à forma como o público civil poderia interpretar as letras. Alguns relatos também associaram as canções à construção da figura de um inimigo a ser combatido e à imagem do aluno como guerreiro. Nesses relatos, a função motivacional das

canções foi discutida em relação aos possíveis efeitos de enunciados que evocam a violência:

> *Pode ser um tanto hipócrita, mas a verdade é que vivemos um limiar entre cantar aquilo só pra nos sentirmos verdadeiros guerreiros sem escrúpulos e [...] capazes de tudo e cantar aquilo porque de fato acreditamos que está tudo bem matar gente por aí mesmo sendo "menininho ou mulher" como diz uma das canções que particularmente acho repugnante. Sempre puxei canções e era uma das minhas partes favoritas do curso. Elas são uma ferramenta absolutamente importante para unir o pelotão e motivar a gente. Mas tem gente que é cabeça fraca e realmente acha que está tudo bem matar indiscriminadamente. A instituição está certa em censurar esse tipo de música;*
> *[...] As canções que traziam mais vibração aos pelotões por vezes eram canções que letras e histórias que poderiam ser mal interpretadas pelo civil, logo devendo ser cantadas somente no âmbito de formação militar.*
> *(**Fonte:** elaborado pelo autor com base nas respostas ao questionário, 2025)*

No primeiro trecho, o participante reconhece a importância das canções para a união e a motivação do pelotão e manifesta preocupação com a possibilidade de que alguns colegas interpretem as letras como uma forma de legitimar a violência. O segundo trecho justifica a restrição das canções ao ambiente de formação pela possibilidade de que sejam interpretadas de outro modo pelo público civil. Os dois registros associam o valor motivacional das canções a critérios distintos para limitar sua circulação.

Dez respondentes (8,55%) declararam que as canções, por si mesmas, não constituíam motivo de preocupação. As justificativas mobilizaram ideias de tradição militar e motivação da tropa, além de distinções entre o conteúdo das letras e as ações dos agentes. As posições acerca da circulação das canções variaram dentro desse conjunto de respostas:

> *"Não acredito que a as canções militares por si só devam ser objeto de preocupação."; "Não acho que possa haver preocupação sobre o conteúdo e espaço onde são cantadas".; "Acho que devem ser cantadas onde for conveniente".; "Acredito que não tem necessidade de preocupar se com canções em qualquer ambiente".; "Não vejo que canções que contenham morte e destruição devam ser evitadas no ambiente aberto, pois as canções representam o militarismo e suas tradições".; "Não existe preocupação. As canções não representam as ações propriamente ditas dos policiais, são apenas para motivar a tropa. ". "São apenas canções, assim como há canções civis.".; "Isso faz parte das tradições militares. Não vejo problema, apenas não pode deixar expor para o mundo civil. ". (**Fonte:** elaborado pelo autor com base nas respostas ao questionário, 2025)*

Quando perguntados se canções com conteúdo violento poderiam predispor futuros agentes de segurança pública a agir de forma violenta, 32% consideraram essa possibilidade e 68% afirmaram não acreditar nela. A distribuição expressa as percepções dos respondentes sobre uma possível relação entre o conteúdo das canções e a conduta profissional.

Por fim, solicitou-se aos participantes que registrassem trechos das canções que mais gostavam de ouvir ou entoar, com a possibilidade

de reproduzi-los de memória. A primeira constatação foi a recorrência de “Espíritos da Guerra”, a canção mais citada. Ela recebeu 15 menções ou citações de trechos entre os 117 participantes considerados nessa etapa. Essas menções correspondem a 18,52% dos 81 registros de canções catalogadas na questão.

Quadro 3. Registro da Canção *Espíritos da Guerra*, entoada entre os alunos oficiais, turma 2022/2023, PMPA.

ESPÍRITOS DA GUERRA INVOQUEI OS ESPÍRITOS DA GUERRA INVOQUEI OS ESPÍRITOS DA GUERRA GUERREIROS SAMURAIS COMBATENDO EM TODA A TERRA GUERREIROS SAMURAIS COMBATENDO EM TODA A TERRA *** ESPARTANOS, ROMANOS, TROIANOS E PERSAS ESPARTANOS, ROMANOS, TROIANOS E PERSAS VIKINGS, MONGÓIS, ASTECAS E CELTAS VIKINGS, MONGÓIS, ASTECAS E CELTAS *** SALADINO, ANÍBAL E O TAL NAPOLEÃO SALADINO, ANÍBAL E O TAL NAPOLEÃO SUN TZU, JÚLIO CÉSAR E A SEXTA LEGIÃO SUN TZU, JÚLIO CÉSAR E A SEXTA LEGIÃO *** LEÔNIDAS, RICARDO - CORAÇÃO DE LEÃO	TERCEIRO MILÊNIO (TERCEIRO MILÊNIO) A GUERRA É NA CIDADE (A GUERRA É NA CIDADE) INÍCIOS DOS CONFLITOS (INÍCIOS DOS CONFLITOS) DE BAIXA INTENSIDADE (DE BAIXA INTENSIDADE) *** SÓ VEJO DESESPERO (SÓ VEJO DESESPERO) E MUITA ATROCIDADE (E MUITA ATROCIDADE) SÃO GRITOS DO INIMIGO (SÃO GRITOS DO INIMIGO) IMPLORANDO PIEDADE (IMPLORANDO PIEDADE) *** NA GROTA OU NA FAVELA (INFANTARIA PURA) NA GROTA OU NA FAVELA (INFANTARIA PURA) SE O CRIME É UMA DOENÇA (OS CAVEIRAS SÃO A CURA) SE O CRIME É UMA DOENÇA SE O CRIME É UMA DOENÇA OS CAVEIRAS SÃO A CURA SE O CRIME É UMA DOENÇA OS CAVEIRAS SÃO A CURA

ÁTILA - O HUNO, ALEXANDRE, GENGHIS KHAN (2X)	

Fonte: elaborado pelo autor com base nas respostas ao questionário, 2025.

Em relação às demais canções, cinco alcançaram, cada uma, pelo menos 10% das indicações dos alunos. A leitura do conjunto permitiu identificar recorrências e ausências relevantes para a análise das representações sociais. Dada a extensão do repertório, esta seção se concentra nos aspectos mais diretamente ligados ao problema da pesquisa.

Um primeiro aspecto é a presença de figuras históricas masculinas associadas a episódios bélicos. Nas vozes dos alunos em formação militar na Amazônia, personagens vinculados a campos adversários, como gregos e persas, são reunidos em um mesmo ato de invocação dos “espíritos da guerra”, sempre associado com a guerra, independentemente de uma avaliação moral dos lados que representavam. Entre os trechos reportados pelos participantes, não foram identificadas referências positivas a figuras femininas, menções à figura do cidadão ou formulações que apresentassem a paz como objetivo a ser alcançado. Essas ausências dizem respeito ao repertório tal como foi registrado nas respostas ao questionário.

Um segundo aspecto diz respeito à frequência vocabular entre os trechos apresentados pelos participantes. A Tabela 1 reúne as 100 palavras com maiores ocorrências, indicadas nas colunas. Artigos e preposições foram excluídos da listagem para privilegiar o interesse temático.

Tabela 1. Registro e apresentação das 100 expressões mais frequentes entoadas entre os alunos do CFO, turma 2022/2023, da PMPA. (continua na página seguinte).

ORDEM	PALAVRA	FREQUÊNCIA	ORDEM	PALAVRA	FREQUÊNCIA
1	QUERO	23	26	IGUAL	9
2	RALAR	20	27	PENSAM	9
3	GUERRA	18	28	ALUNO	9
4	GÁS	18	29	CAVALEIRO	9
5	OLHA	18	30	CÃES	9

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: https://revistatopicos.com.br/artigos/e-muitos-pensam-que-e-brincadeira-estudos-sobre-as-representacoes-sociais-nas-escolas-de-formacao-militares-da-amazonia?noblockage

Fonte: elaborado pelo autor com base nas respostas ao questionário, 2025.

Tabela 2. Registro e apresentação das 100 expressões mais frequentes entoadas entre os alunos do CFO, turma 2022/2023, da PMPA. (continuação da tabela anterior)

ORDEM	PALAVRA	FREQUÊNCIA	ORDEM	PALAVRA	FREQUÊNCIA
51	BONS	6	76	PISTOLA	5
52	TODOS	6	77	FAVELA	5

53	COMBATENTE	6	78	CARA	5

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: https://revistatopicos.com.br/artigos/e-muitos-pensam-que-e-brincadeira-estudos-sobre-as-representacoes-sociais-nas-escolas-de-formacao-militares-da-amazonia?noblockage

Fonte: elaborado pelo autor com base nas respostas ao questionário, 2025.

Para além dos dados quantitativos, a leitura das 100 palavras reunidas, em conjunto com os trechos em que ocorrem, permite examinar o repertório simbólico mobilizado pelos alunos ao longo dos 18 meses de formação. No material analisado, o imaginário da valentia, a figura do guerreiro e a ritualização da morte, discutida por Oliveira Neto (2020), ganham maior visibilidade do que temas relativos à cidadania, à proteção de direitos e à paz, praticamente ausentes. Essa distribuição ajuda a compreender quais imagens da identidade profissional são postas em circulação nas canções e quais dimensões da atividade policial encontram menor expressão nesse repertório.

Um dos três resultados desta etapa é expresso por meio da nuvem de palavras, gerada com o auxílio da ferramenta WordClouds[28], apresentando destaque visual aos termos mais frequentes. A leitura conjunta da nuvem, quadro e tabela permite localizar recorrências que orientam o retorno aos trechos das canções:

Figura 1. Nuvem das palavras destacando as expressões mais frequentes das canções catalogadas por meio dos trechos citados pelos pesquisados da turma CFO 2022/2023.



Fonte: elaborado pelo autor com base nas respostas ao questionário e auxílio da ferramenta *WordClouds*, 2025.

A nuvem de palavras evidencia a recorrência de “quero” (23), “ralar” (20) e “guerra” (18). A leitura desses termos em conjunto com “guerreiro”, “missão” e “pelotão” sugere dois eixos no repertório cantado: a disposição individual para o esforço e a identificação coletiva com o imaginário do combate. Já a presença de “espíritos”, “invoquei”, “trevas” e “morte” remete à dimensão ritual e simbólica discutida na análise de “Espíritos da Guerra”.

Como lutar com palavras nunca é luta vã, cabe-nos compreender que as representações observadas nos trechos das canções são “bem mais que pouca coisa”, traduzindo e refletindo um *ethos* muito particular. A ausência de cidadania ou direitos (de qualquer espécie) entre as palavras e a exploração de substantivos como *guerreiro, samurais, combatentes, espíritos da guerra, cavaleiro das trevas, Batman* etc., refletem a “macheza” presente no mundo militar, afirma Muniz (1999, p. 240 *apud* Oliveira Neto, 2020, p. 123) sobre “sua convincente demonstração [...] operam como um tipo de termômetro capaz de mensurar o grau de respeito e

companheirismo obtido dos colegas de ofício". Além destas, observa-se a ligação entre o desejo e poder e com aquilo que é o objeto do desejo (Foucault 2014, p. 10) nas várias menções à força e à *valentia,* que como afirma Oliveira Neto (2020, p. 81), permanece sedutoramente presente no cotidiano como uma identidade lida pelo grupo social.

Em suma, as canções são espaços vivos de manifestação do indivíduo e do grupo, em processo de constante troca, apropriação e ressignificação das mensagens: assumindo, por vezes, papel de ferramenta motivacional, em outras ocasiões instrumento de reconhecimento:

> *[...] eu acho que as canções são importantes pois desde antes de entrar no militar eu tive contato com elas na internet[...]. Era um momento difícil na minha vida... estava desempregado, sem dinheiro e sem motivação. Eu era advogado e larguei tudo para estudar. Eu precisava de alguma fonte de inspiração e as canções eram as poucas ferramentas que eu tinha para tentar contato com a vida militar e me inspirar, usava muito elas [...] na fase do curso eu passei por uma experiência de ser um aluno mais quieto e reservado, não aparecia demais, não tinha grandes habilidades, não tirava as melhores notas, mas eu sabia as canções. Certa vez eu resolvi puxar algumas canções e gritar igual um louco, com olhar de maluco e os meus colegas de pelotão ficaram com olhos arregalados, eles não faziam ideia de que eu sabia, e o nosso pelotão começou a se destacar... as pessoas começaram a bater na minha costa, orgulhosos. Foi um momento de afirmação minha perante um todo: entendo que as canções são isso, de a gente se afirmar e passar essa imagem que a polícia militar passa. A ideia de que se tem poder, fazem isso...elas [canções] pegam pessoas comuns que estão na formação e cantam como se fossem guerreiros inacreditáveis. Isso nos deixa feliz e é isso. (**Fonte:** elaborado pelo autor com base nas respostas ao questionário, 2025)*

Nesse relato, as canções assumem funções distintas ao longo da trajetória do participante. Antes do ingresso, oferecem uma forma de contato com a vida militar e servem de inspiração para o estudo. Durante o curso, conhecer o repertório e tomar a iniciativa de conduzir o canto confere visibilidade a um aluno que se descreve como reservado. O depoimento ajuda a compreender como a apropriação individual de um repertório coletivo pode produzir, na situação concreta da formação, motivação, pertencimento e reconhecimento entre os pares.

As canções constituem, assim, práticas discursivas que os participantes retomam e ressignificam em diferentes situações. Por meio delas, afirmam imagens de si e do grupo e figuram aqueles percebidos como externos a ele. Essa dinâmica dialoga com as respostas sobre onde determinadas letras poderiam ser entoadas. A circulação de canções em outros órgãos e na internet amplia as possibilidades de contato com o repertório, como mostra o próprio depoimento, enquanto as orientações relatadas pelos alunos delimitam os espaços em que algumas letras podem ser cantadas.

A pesquisa apresentou as canções e suas representações não como práticas de mera repetição mecanizada, antes são espaços vivos de imagens que se querem exaltar, afirmar e da relação do *eu* em relação ao *outro*: o civil ou qualquer pessoa externa ao grupo. As canções, como mostramos, não são instrumentos exclusivos das forças militares, se apresentam em outros órgãos e massivamente na internet, acessível a todos. Elas são assim "muito mais que pouca coisa", como se vê no uso de uma delas para lembrar de um policial morto em confronto: [29]

> *Preste atenção no que eu vou falar agora; O sangue do Pedroso no raio se envolveu; Se fudeu vagabundo, a morte apareceu; Anjos da morte vieram chegando; Com o sangue nos olhos e o dedo coçando. (**Fonte:** reproduzido com base nas respostas ao questionário, 2025)*

A menção nominal a Pedroso inscreve no repertório a memória de um policial morto. Ao mesmo tempo, expressões como "anjos da morte" e "com o sangue nos olhos" articulam essa lembrança a imagens de confronto, enquanto o termo "vagabundo" demarca a

figura do adversário. Nesse trecho, as evocações da perda de um integrante da corporação e as construções da imagem combativa do grupo se realizam simultaneamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atentos aos limites do trabalho e às hipóteses levantadas inicialmente, confirmamos a segunda em que se afirmou que *há um espaço relativamente controlado dessas representações, com um esforço e busca institucional pelo alinhamento aos valores institucionais positivos, em que uma parcela dos alunos percebe algumas canções como fora dos eixos e harmonias institucionais.*

Desta forma, as representações sociais expressas nas canções guardam particularidades do grupo militar em formação na PMPA e dialogam com o lugar que o *ethos* do guerreiro e da valentia ocupa na literatura sobre a formação militar. Nos relatos dos alunos, o repertório também se distingue pelos espaços em que pode ser entoado. Há canções consideradas "possíveis" dentro dos quartéis e outras que, segundo os participantes, podem ser cantadas fora deles. As canções são reconhecidas como ferramentas de motivação e vibração do grupo e, em alguns relatos, como meio de afirmação e reconhecimento perante o pelotão em uma lógica de pertencimento. Quando perguntados sobre a possibilidade das letras com conteúdo violento predisporem futuros agentes a agir de forma violenta, 68% responderam que não acreditavam nessa possibilidade, enquanto 32% consideram. Essa divergência integra o próprio campo de representações que buscamos compreender.

A análise documental identificou, nos documentos de ensino examinados, alinhamento com os valores constitucionais

considerados na pesquisa. O Manual do Aluno, documento mais próximo do cotidiano dos discentes, não faz referência expressa à dignidade da pessoa humana ou aos direitos humanos. Atenta à circulação das canções, a instituição elaborou uma normativa para disciplinar o emprego de expressões, canções e escritos que manifestem violência ou desrespeito aos direitos humanos. A existência dessa normativa e as orientações relatadas pelos alunos dão concretude à dialética de controle e resistência discutida ao longo do trabalho. A instituição procura delimitar o que se pode cantar e em quais espaços, enquanto os alunos atribuem sentidos próprios a essas orientações e ao repertório que circula nos pelotões.

A pesquisa evidencia, assim, um espaço de relativo controle institucional sobre a circulação dessas representações, em meio à busca pela afirmação de valores que orientem a formação policial. Nos trechos reportados, o guerreiro, o combate e a valentia ocupam lugar de destaque, enquanto a figura do cidadão e a paz como finalidade da atuação policial não aparecem de forma expressa. Essa distribuição ajuda a compreender quais imagens do ofício ganham voz no repertório cantado e recoloca uma questão futura para a formação militar na Amazônia: que atributos recebem reconhecimento entre os pares quando os alunos cantam sobre o policial que desejam ser?

Para além dos limites deste trabalho, que não tem o condão de esgotar essas questões, ficam abertas outras possibilidades de investigação na estrutura da PMPA. Entre elas estão as distinções entre o policial operacional e o administrativo, as hierarquias informais entre os próprios operacionais e as imagens do “policial bom de serviço” e do “policial normal”. Cabe investigar como essas imagens se constituem entre os novatos e de que maneira são

retomadas ou ressignificadas ao longo da carreira. Outra questão é compreender se, e em que condições, a representação do guerreiro "superior ao tempo" interfere no reconhecimento dos próprios limites, no cuidado com a saúde física e psíquica e na busca por apoio. A relação entre essas dimensões e o risco de suicídio demanda investigação específica.

Como proposta de intervenção, sugere-se, ao lado das ações já existentes na instituição, o acompanhamento das práticas informais de formação pelas equipes de coordenação das unidades de ensino, com a participação de instrutores e alunos. Palestras, orientações e discussões de trechos do próprio repertório podem servir para examinar em que situações as canções mobilizam o pelotão, quais imagens da atuação policial projetam e como suas letras se relacionam com os princípios que orientam o exercício da função. Conhecer a organização informal da escola permite que a coordenação dialogue com práticas que já têm lugar no cotidiano dos alunos e que participam da construção do pertencimento e da identidade profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Luís Roberto. A constitucionalização do direito e suas repercussões no âmbito administrativo. In: ARAGÃO, Alexandre Santos de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (coord.). **Direito administrativo e seus novos paradigmas.** Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 31–63.

BOBBIO, Norberto. **L'età dei diritti.** Torino: Einaudi, 1990.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007.** Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Brasília, DF: CNE, 2007. Disponível em: https://mecnormas.mec.gov.br/pesquisa/detalhar/2108. Acesso em: 20 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997.** Define os crimes de tortura e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm. Acesso em: 20 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.** Brasília, DF: SENASP, 2014. Disponível em: https://bibliotecadigital.mj.gov.br/handle/1/2320. Acesso em: 20 nov. 2026.

BRITO, Daniel Chaves de; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de (org.). **Na periferia do policiamento:** direitos humanos, violência e práticas policiais. Belém: Paka-Tatu, 2013.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (org.). **Antropologia dos militares:** reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CASTRO, Celso. Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total. **Militares e Política,** Rio de Janeiro, n. 1, 2007. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/view/33764. Acesso em: 20 nov. 2026.

CASTRO, Celso. **O espírito militar:** um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2003. v. 1.

CHARLET, Ronaldo Braga. **História da Polícia Militar do Pará:** aspectos da memória policial como patrimônio da sociedade paraense. Belém: Polícia Militar do Pará, 2014. Material didático do CFSD 2013/2014.

CONDE, Leandro Carlos Dias. A crise do multilateralismo: segurança internacional, contestação institucional e fragmentação minilateral. **Boletim de Conjuntura (BOCA),** Boa Vista, v. 24, n. 70, p. 161–185, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.17555764. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/8056. Acesso em: 4 dez. 2025.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005. p. 62–83.

FLORES, Joaquín Herrera. **A reinvenção dos direitos humanos.** Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia, Antônio Henrique

Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Raio-X das forças de segurança pública do Brasil.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/237. Acesso em: 20 nov. 2026.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **L'archéologie du savoir.** Paris: Gallimard, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2004.

G1 PARÁ. Agentes da Rotam celebram saída da prisão de policiais presos por estupro e agressão na Grande Belém. **G1,** [S. l.], 19 nov. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/11/19/agentes-da-rotam-celebram-saida-da-prisao-de-policiais-presos-por-estupro-e-agressao-na-grande-belem.ghtml.

G1 PARÁ. Policial militar é morto em Belém depois de uma tentativa de assalto. **G1,** [S. l.], out. 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/10/policial-militar-e-morto-em-belem-depois-de-uma-tentativa-de-assalto.html.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20–

29, 1995. DOI: 10.1590/S0034-75901995000300004.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

IBGE. **Pará.** Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa.html. Acesso em: 20 nov. 2026.

LAVORATTI, Liliana. Chumbos de hoje. **Sociologia,** n. 26, p. 26–34, 2008.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta, volver:** um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289–300, 2004. DOI: 10.1590/S1517-97022004000200007.

MAY, Tim. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia:** sociologia da força pública. São Paulo: Edusp, 2003.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Educação,** Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7–32, 1999.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser:** cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de

Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NUMMER, Fernanda Valli. **Ser polícia, ser militar:** o curso de formação na socialização do policial militar. Niterói: EdUFF, 2005.

OLIVEIRA NETO, Sandoval Bittencourt de. **Sangue nos olhos:** sociologia da letalidade policial no estado do Pará. 2020. 397 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/38542. Acesso em: 20 nov. 2026.

PARÁ. **Conselho Estadual de Segurança Pública. Resolução nº 023/2001-CONSEP, de 20 de fevereiro de 2001.** Determina ao Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP) a inclusão de disciplina voltada para a interpretação da Lei de Tortura no currículo dos cursos de formação, aperfeiçoamento, especialização e requalificação profissional dos agentes de segurança pública, e dá outras providências. Belém: CONSEP, 2001. Disponível em: https://www.segup.pa.gov.br/sites/default/files/consep/resol.023-01-iesp-_aprova_o_regimento_interno_do_consep_-_homologado_pelo_decreto_no_1.555_de_090896.pdf. Acesso em: 21 nov. 2026.

PARÁ. Conselho Estadual de Segurança Pública. **Resolução nº 11, de 8 de abril de 1997.** Determina a inclusão da disciplina Direitos Humanos nas grades curriculares de formação. Belém: CONSEP, 1997.

PARÁ. **Conselho Estadual de Segurança Pública. Resolução nº 204/2012.** Regulamentação do uso da força pelos agentes de segurança pública do Estado do Pará. Belém: CONSEP, 2012.

Homologada pelo Decreto Estadual nº 647, de 8 de janeiro de 2013. Disponível em: https://bancodeleis.alepa.pa.gov.br/arquivos/lei647_2013_26139.pdf. Acesso em: 21 nov. 2026.

PARÁ. **Decreto nº 3.626, de 30 de agosto de 1999.** Aprova o Regulamento da Academia de Polícia Militar Cel Fontoura. Belém: Governo do Estado do Pará, 1999. Disponível em: https://www.pm.pa.gov.br/phocadownload/userupload/userupload/BGs/1999/09%20%20SETEMBRO/ADIT.181.pdf. Acesso em: 20 nov. 2026.

PARÁ. **Decreto nº 6.784, de 20 de abril de 1990.** [Criação da Academia de Polícia Militar Cel Fontoura e da Diretoria de Ensino]. Belém: Governo do Estado do Pará, 1990.

PARÁ. **Decreto nº 647, de 8 de janeiro de 2013.** Homologa a Resolução nº 204/12 do Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEP. Belém: Governo do Estado do Pará, 2013. Disponível em: https://bancodeleis.alepa.pa.gov.br/arquivos/lei647_2013_26139.pdf. Acesso em: 21 nov. 2026.

PARÁ. **Lei Complementar nº 53, de 7 de fevereiro de 2006.** Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Pará. Belém: Governo do Estado do Pará, 2006.

PARÁ. **Lei nº 6.257, de 17 de novembro de 1999.** Cria o Instituto de Ensino de Segurança do Pará. Belém: Governo do Estado do Pará, 1999.

PARÁ. **Lei nº 6.833, de 13 de fevereiro de 2006.** Institui o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará. Belém: Governo do Estado do Pará, 2006.

PARÁ. Polícia Militar. **Manual do aluno do Curso de Formação de Oficiais 2022.** Belém: PMPA, 2022a. Aditamento ao Boletim Geral nº 010 III, de 14 jan. 2022. Disponível em: https://www.pm.pa.gov.br/phocadownload/userupload/userupload/sub.mlucia.14229/ADIT.%20BG%20N%20010%20III%20-%20De%2014%20JANEIRO%202022%20-%20MANUAL%20DO%20ALUNO%20CFO%202022.pdf. Acesso em: 20 nov. 2026.

PARÁ. Polícia Militar. **Normas para o Planejamento e Conduta de Ensino e Instrução** (NPCEI). Aditamento ao Boletim Geral nº 018, de 27 de janeiro de 2003. Belém: PMPA, 2003.

PARÁ. Polícia Militar. **Portaria nº 001/1991, de 9 de janeiro de 1991.** Criação do Curso de Formação de Oficiais Intensivo. Belém: PMPA, 1991.

PARÁ. Polícia Militar. **Portaria nº 230/2021 – DGEC, de 17 de dezembro de 2021.** Disciplina o emprego de expressões, canções e escritos que fomentem a violência, façam apologia ao crime ou desrespeitem os direitos humanos. Belém: PMPA, 2021. Aditamento ao Boletim Geral nº 235, de 22 dez. 2021. Disponível em: https://www.pm.pa.gov.br/phocadownload/userupload/userupload/sub.mlucia.14229/ADIT.%20BG%20N%20235%20-%20De%2022%20DEZEMBRO%202021%20-%20DGEC.pdf. Acesso em: 20 nov. 2026.

PARÁ. Polícia Militar. **Projeto pedagógico do Curso de Formação de Oficiais 2022/2023.** Belém: PMPA, 2022b. Aditamento ao Boletim Geral nº 010 II, de 14 jan. 2022. Disponível em: https://www.pm.pa.gov.br/phocadownload/userupload/userupload/s

ub.mlucia.14229/ADIT.%20BG%20N%20010%20II%20-%20De%2014%20JANEIRO%202022%20-%20DGEC%20PROJETOS%20PEDAGGICOS%20DO%20CFO%20%20CFP%202022.pdf. Acesso em: 20 nov. 2026.

POLLI, Gislei Mocelin; KUHNEN, Ariane. **Possibilidades de uso da teoria das representações sociais para os estudos pessoa-ambiente.** Estudos de Psicologia **(Natal),** Natal, v. 16, n. 1, p. 57–64, 2011. DOI: 10.1590/S1413-294X2011000100008.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado,** Brasília, DF, v. 20, n. 3, p. 585–610, 2005. DOI: 10.1590/S0102-69922005000300005.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais,** v. 1, n. 1, 2009. DOI: 10.63595/rbhcs.v1i1.10351.

SOUZA, Marcos Santana de. **A violência da ordem:** polícia e representações sociais. São Paulo: Annablume, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. **Dissertações.** Belém: UFPA, [s. d.]. Disponível em: https://ppgsp.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes.

WACHELKE, João Fernando Rech; CAMARGO, Brigido Vizeu. Representações sociais, representações individuais e comportamento. **Revista Interamericana de Psicologia,** v. 41, n. 3, p. 379–390, 2007. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?

script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000300013. Acesso em: 16 nov. 2023.

WITT, Aracy. Importância e aproveitamento da organização informal. **Revista de Saúde Pública,** São Paulo, v. 3, n. 2, p. 203–212, 1969.

WORDCLOUDS. **WordClouds.com.** [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.wordclouds.com/.

APÊNDICE "A"

Portaria proibindo o emprego de expressões, canções e escritos que traduzam mensagens fomentadoras de violências:

PORTARIA Nº 230/2021/DGEC

O DEPARTAMENTO GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, por meio de sua chefia legalmente constituída, no uso das atribuições conferidas pelo art.127, incisos III e VII, do Decreto nº 1.625, de 18 de outubro de 2016, e considerando que o princípio da dignidade da pessoa humana constitui fundamento da República Federativa do Brasil, devendo nortear todos os atos dos agentes públicos, em especial dos que integram o Sistema de Segurança Pública.

Considerando que a Polícia Militar é referência quando atua em variados contextos sociais, tendo como ação norteadora, em seu processo de formação, a doutrina de direitos humanos e de Polícia Comunitária, que objetivam a interação e cooperação entre sociedade e corporação.

Considerando a política de ensino vigente na Instituição, insculpida na Norma para Planejamento e Conduta de Ensino e Instrução – NPCEI/2002, que prevê um processo de formação dinâmico, integrativo e direcionado, visando o desenvolvimento de habilidades, comportamentos e aptidões profissionais de forma contínua, coerente e legal.

RESOLVE:

Art. 1º Fica proibido, em qualquer circunstância, o emprego de expressões, canções e escritos que se traduzam em mensagens fomentadoras de violência, apologia ao crime e desrespeito aos direitos humanos por parte de oficiais, praças e alunos da APM, CFAP, CTPM e demais unidades que integram o Sistema de Ensino e Instrução da Corporação.

Art. 2º No interior das salas de instrução fica proibida a adoção de discursos que desvirtuem a formação no sentido de fomentar comportamentos subversivos da ordem, da disciplina e das normas que integram o ordenamento jurídico brasileiro e legislação específica referente a PMPA.

Art. 3º Os oficiais e praças das Unidades de Ensino são responsáveis pela fiscalização do disposto na presente portaria, comunicando ao Comandante/Coordenador da respectiva unidade, onde estiver ocorrendo o curso, acerca da inobservância da referida norma.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Quartel em Icoaraci-PA, 17 de dezembro de 2021.

ALBERNANDO MONTEIRO DA SILVA - CEL QOPM

APÊNDICE “B”

Nuvem de Palavras a partir das expressões ~e trechos de canções citados pelos alunos pesquisados:



guerra
quero
gas
ralar
olha
choque
brincadeira
espíritos
chegar
rotam
trevas
ver
vou
morte
fuzil
invoquei
cavaleiro
vagabundo
chapÉu
barca
dele
batman
guerreiro
carcaça
pensam
cheguei
falamos
combatendo
tanta
combatente
curso
continuar
pesada
parafal
sertÃo
mÃo
igual
segura
dia
morrer
todos
sempre
comeÇar
envolvendo
flexÃo
pistola
tÁtica
preta
perdeu
pagou
rajados
ninguÉm
estar
nÓs
falar
sangue
aluno
vibrar
granada
tudo
bons
mochila
terra
passamos
cÃes
deus
missÃo
araguaia
caatinga
samurais
mamÃe
sobre
infantaria
dizer
inferno
noite
sua
combate
querem
quer
peito
guerrilha
todo
pelotÃo
muito
guerreiros
uniforme
vejam
estrela
comandos
capa
vamos
comando
cansado
porque
favela
somos
senhor
tremer
voz
olhando
aparecer
barril
fica
parar
lhe
pro
especial
orgulhar
filho
fácil
logo
bem
descendo
jamais
fal
cara
forte
dedico
audaz
vcs
ela
menino
cinza
polícia
numa
tropa
fazia
tinha
engano
sede
dar
aspirante
discorde
inimigo
valor
nos
braÇo
santo
atenÇÃo
parÁ
casa
chÃo
vem
xambioÁ
operaÇÕes
lacrimogÊneo
faca
gorro
guiados
saber
coraÇÃo
homens
ainda
preste
assim
chamado
nossa
capeta
passando
sonhei
rajado
urbano
fazer
senhora
contra
traz
batalhei
matar
desce
causa
nada
fui
dói
treme
embora
aquele
ser
porque
bem
tremer
olhando
aparecer
barril
fica
parar
lhe
pro
especial
filho
cinza
numa
tropa
fazia
tinha
engano
sede
dar
aspirante
discorde
inimigo
valor
nos
santo
parÁ
olhos
casa
chÃo
vem
farda
tiro
ÓÓÓ
maldito
isso
mÃe
espírito
patrulha
elite
veio
ainda
nossa
cearÁ
capeta
rajado
urbano
fazer
senhora
contra
saber
lacrimogÊneo
cintura
rotamzeiro
usa
inferno
sua
combate
mais
deita
vamos
aquele
porque
somos
tÁtica
preta
perdeu
pagou
rajados

[1] Aluno do Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP) da UFPA, Bacharel em História e Direito pela Universidade Federal do Pará - UFPA; especialista em Educação Étnico-Racial pelo IFPA. Atualmente é Major da Polícia Militar do Estado do Pará/Brasil. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail. ORCID: https://orcid.org/0009-0005-3299-9781.

[2] Orientador e professor no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP) da UFPA. Graduado em Pedagogia e Educação Física, Mestre e Doutor em Ciências Sociais e Humanidades pela UFMG, Pós-Doutor em Saúde e Ciências Sociais e Humanidades. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0263-7318.

[3] Coorientadora. Atualmente professora do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP) da UFPA. Bacharelado (1993) e Mestrado (1999) em Estatística e Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6358-3440.

[4] Aluno do Doutorado Profissional do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Especialista em Segurança Pública, pelo Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP); Bacharel em Ciências da Defesa Social e Cidadania, pelo IESP. Atualmente é Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado do Pará/Brasil. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7246-4395.

[5] Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP) da UFPA, Bacharel em Ciências da Defesa Social e

Cidadania, pelo IESP; Especialista em Segurança Pública, pelo Instituto de Ensino de Segurança do Pará - IESP. Atualmente é Capitão da Polícia Militar do Estado do Pará/Brasil. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail. ORCID: https://orcid.org/0009-0009-4372-6251.

[6] Referência à produção bibliográfica do PPGSP/UFPA que condensa discussões sobre Direitos Humanos e práticas policiais, Cf.: BRITO, D. C.; SOUZA, J. L. C. (Org.). **Na periferia do policiamento:** direitos humanos, violência e práticas policiais. Belém: Paka-Tatu, 2013.

[7] Tradução livre nossa "Os discursos não são simplesmente conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), mas práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam".

[8] Cf.: "Mecanismos como a democracia são considerados fatores de promoção da paz democrática e da solidariedade interestatal por meio de elementos culturais e institucionais. A dimensão política da Ordem Liberal Internacional enfatiza os direitos humanos e a democracia como pilares que sustentam a ordem baseada em regras, favorecendo a compreensão mútua, a cooperação e a integração.".

[9] Com sua criação datando em 1818, sob o governo do Conde de Villa Flor, então administrador da Capitania do Grão-Pará e Rio Negro, a Polícia Militar do Pará está entre as três mais antigas instituições estaduais militares, atrás somente das instituições coirmãs dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

[10] Destacando-se por ter no dia 25 de setembro de 1897, na Campanha de Canudos, comandado as tropas do Regimento Militar do Estado, o CEL PM Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura, patrono da PMPA.

[11] Neste artigo, ethos militar designa o conjunto de valores e disposições que orientam os modos de agir, sentir e compreender a experiência profissional no meio militar. A análise da hierarquia no Exército brasileiro desenvolvida por Leirner (1997) oferece um referencial para examinar como valores como a hierarquia e a disciplina se expressam nas práticas cotidianas da formação policial militar, entre elas as canções não oficiais.

[12] Com base em dados da Secretaria Estadual de Inteligência e Análise Criminal - SIAC, a PMPA mantém constante publicidade dos indicadores de criminalidade no Estado do Pará informando dados positivos ano após ano, entre 2018 e 2026. Para saber mais acessar https://www.pm.pa.gov.br/.

[13] Cf.: para saber mais temos a reportagem no sítio https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/11/19/agentes-da-rotam-celebram-saida-da-prisao-de-policiais-presos-por-estupro-e-agressao-na-grande-belem.ghtml

[14] Omitiu-se o nome do militar falecido nesta passagem.

[15] A longa duração é um conceito criado pelo francês Fernand Braudel. Utilizado por ele em sua tese doutorado de 1949 intitulada *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque* de Philippe II, introduziu uma nova maneira de abordagem dos acontecimentos históricos: aqueles que transcorrem não só nos grandes momentos e

protagonizados pelas personalidades históricas, ao contrário, se desenvolvem lentamente na longa duração.

[16] Linguagem militar alfanumérica que representa as letras “C” e “M”, abreviação de “canção militar”.

[17] Mundo doméstico tratado por Goffman (2001, p. 24) é o mundo externo, em oposição ao “mundo de dentro”.

[18] Goffman (2001) afirma que não existe característica obrigatória, taxativa, em toda instituição total, tampouco um conjunto de características, o que a define é a intensidade dessas características dentro da instituição.

[19] Ao lado da organização formal, reconhece-se hoje a existência de uma organização informal bastante influente nos destinos de qualquer instituição. Como essa organização informal é indestrutível, recomenda-se que seja ela utilizada pela formal, o que, além de viável, é altamente vantajoso para a instituição como um todo.

[20] O Curso de Formação de Oficiais 2022-2023 iniciou em 17 de janeiro de 2022 e finalizou em 26 de maio de 2023, sendo a primeira turma com requisito de Bacharel em Direito, com 18 meses de formação e maior turma de oficiais combatentes já formada: 163 concluintes. Ao fim da formação é conferida a “Especialização profissional *lato sensu* em defesa social e cidadania” com 2.839 h/a. (Pará, 2022b, p. 3).

[21] Repositório de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da UFPA.

[22] Os Históricos são documentos individuais dos alunos que apresentam todas as disciplinas e notas do período cursado, interessando a essa pesquisa apenas os dados relativos aos nomes e cargas horárias das disciplinas.

[23] No Exército Brasileiro, os oficiais da reserva de 2ª classe (R/2) integram o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (CORE).

[24] Instituído um ano após ser fundada a Academia de Polícia Militar "Cel. Fontoura", a Portaria de Criação do Curso de Formação de Oficiais Intensivo 1991, "exclusivamente para alunos oriundos do Exército como Oficiais da Reserva de 2ª Classe – R/2", conforme art. 1º da Portaria 001/1991- Ajudância Geral da PMPA de 09 de janeiro de 1991, assinada pelo então Comandante Geral, CEL PM Cleto José Bastos da Fonseca.

[25] O Curso de Especialização profissional *lato sensu* se fundamenta na Resolução CNE/CES nº 1, Ministério da Educação, datada de 08 de junho de 2007 que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização profissional.

[26] SILVA, Jorge da. Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1990 *apud* MUNIZ, 1999, p. 71.

[27] Essa exigência foi ratificada pela Resolução nº 204/2012-CONSEP (homologada pelo Decreto Estadual nº 647/2013), que regulamenta o uso da força no Pará e determina, em seu art. 11, § 2º, inciso II, que a proibição da tortura deve ser abordada em disciplina específica voltada à interpretação da Lei nº 9.455/1997.

[28] Cf.: https://www.wordclouds.com.

[29] “Pocotó” estava diretamente envolvido na morte do policial Vitor Cezar Pedroso e estava hospitalizado após ter sido baleado em confronto com a polícia. Cf.: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/10/policial-militar-e-morto-em-belem-depois-de-uma-tentativa-de-assalto.html